



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 28 de Outubro de 2019

ANTÔNIO  
GOIS[antoniogois@ieduca.org.br](mailto:antoniogois@ieduca.org.br)

## A desvinculação dos recursos

**A**provada a reforma da Previdência, o ministro da Economia, Paulo Guedes, de novo dá indícios de que o governo apresentará uma Proposta de Emenda Constitucional ao Congresso para acabar com a desvinculação orçamentária de recursos para a saúde e educação. Um dos argumentos de economistas que defendem a medida é que

as regras atuais estariam engessando, de forma excessiva, o poder de gestores dos executivos federal, estaduais e municipais de redirecionarem recursos públicos para outras áreas e ajustarem contas públicas.

Hoje, a Constituição Federal obriga a União a gastar, no mínimo, 18% de da receita de impostos com educação. Para estados e municípios, este percentual aumenta para 25%. Proteger a educação da má escolha dos governantes vinculando recursos para o setor não é uma prática nova. A Constituição de 1934 já previa percentuais mínimos para a área, e eles foram sendo ora ampliados, ora retirados, em sucessivas mudanças da Carta ao longo do século 20. Os atuais percentuais foram definidos pela Constituição de 1988, mas um dos maiores marcos dessa legislação veio cinco anos antes, com a aprovação, em 1983, da Emenda Calmon, que já estabelecia os percentuais de 25% para Estados e municípios, e estipulava 13% para a União.

E foi justamente na década de 80, após a aprovação da Emenda Calmon, que o país deu um dos maiores saltos no aumento da proporção do PIB investido em educação,





de acordo com dados levantados pelo economista Paulo Maduro Júnior na tese “Taxas de Matrícula e Gastos em Educação no Brasil”. Ao refazer uma série histórica desde 1933, o trabalho mostra que foi só a partir de meados da década de 80 que o país ultrapassou e consolidou um patamar de investimento superior a 3% do PIB (o salto foi de 2,4% em 1984 para 3,8% em 1990). A

*No mundo ideal, políticos não precisariam de leis os obrigando a gastar com educação. Mas é difícil de imaginar esse cenário aqui*

demandam por mais vagas na escola.

Não foi em vão o esforço que o país fez para ampliar matrículas. De 1981 até hoje, a proporção da população de 4 a 17 anos fora da escola caiu de 35% para menos de 5%, ao passo que o gasto público continuou au-

mentando, também graças a mecanismos como o Fundef e o Fundeb. A maior escolarização pode não ter nos levado ao patamar de qualidade que desejamos, mas teve impactos significativos na redução do analfabetismo, do crescimento populacional, da mortalidade infantil, entre outras variáveis fora da escola impactadas pela educação.

No mundo ideal, políticos brasileiros comprometidos com o interesse público não precisariam de leis os obrigando a gastar com educação. Com mais liberdade, tomariam decisões melhores, sem comprometer o atendimento numa área tão vital. Na prática, é difícil de imaginar esse cenário por aqui. Do ponto de vista das escolhas imediatas, há uma perversidade a mais no caso da educação: seus resultados são menos vistosos no curto prazo. Ruas com buracos, hospitais sem médicos, ou um dia sem coleta de lixo e transporte coletivo têm impacto imediato na popularidade de um gestor. Escolas funcionando em condições inadequadas ou com qualidade insatisfatória têm bem menos apelo. A diferença é que o custo da omissão no presente é pago por gerações.

# Escolas recusam ampliação do ensino em tempo integral em SP

Estudo aponta para aumento de desigualdade; gestão Doria diz que priorizará áreas vulneráveis

Angela Pinho

**SÃO PAULO** Com salários melhores para os professores e resultados superiores nas avaliações oficiais, o modelo de escola de tempo integral tem enfrentado resistência em São Paulo. Ao menos 77 colégios da rede estadual paulista rejeitaram a ampliação da jornada, segundo levantamento feito pela Apeoesp, o sindicato dos professores.

O objetivo da gestão João Doria (PSDB) é implantar o período integral em cem unidades, nas quais os professores passarão a ganhar uma gratificação de 75% do salário. O Plano Nacional de Educação prevê que, até 2024, 25% dos alunos estudem em escolas com carga horária de sete horas por dia. Atualmente, esse índice no estado é de 6%.

A ampliação da jornada depende de aprovação dos conselhos de escola, compostos por docentes, alunos e pais.

Embora parte de estudantes e educadores defenda a medida, a resistência de parte da rede expõe questionamentos à forma como o programa vem sendo implementado.

Estudo recente dos pesquisadores Eduardo Giroto, da USP, e Fernando Cássio, da UFABC (Universidade Fede-

ral do ABC), feito com base em uma amostra de escolas na capital paulista, mostrou que a introdução do período integral na rede paulista levou colégios a atender alunos de melhor perfil socioeconômico. Já nas escolas regulares do entorno aconteceu o contrário.

Eles observaram também uma concentração das unidades em regiões de baixa vulnerabilidade social, ainda que a implantação do programa na periferia tenha acelerado nos últimos anos, após recomendação do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Segundo a Secretaria da Educação, os alunos de ensino médio das escolas do Programa de Ensino Integral tiveram em 2018 pontuação 60% maior que os demais no Idesp, índice que mede a qualidade do ensino no estado.

Para Cássio, porém, a significativa mudança de público, inclusive com redução drástica do número de alunos devido ao fechamento de turmas, inviabiliza uma comparação entre os resultados das escolas antes e depois da ampliação da jornada. "Trata-se de uma amostra viciada", afirma.

A questão da desigualdade não é a única que tem aparecido nas escolas que rejeitam

a proposta. Tem tido peso importante o fato de o modelo dificultar que o professor acumule cargos, ou seja, que dê aulas também em outras escolas municipais, particulares ou mesmo da própria rede estadual. Isso porque, no integral, os docentes têm carga semanal de 40 horas.

A questão também está no centro de uma ação judicial que a Apeoesp moveu recentemente contra portaria do governo Doria que dava prioridade na escolha de turmas a professores que optassem por trabalhar uma jornada maior em uma mesma escola.

"Muitos alunos teriam que sair daqui se a escola virasse integral, porque fazem bicos, e professores, porque trabalham em escola particular e municipal", disse uma professora de uma escola da Grande SP que rejeitou o modelo integral e não quis ser identificada por medo de represálias.

Presidente da Apeoesp, a deputada estadual Professora Bebel (PT) diz que não é contra a ampliação da jornada, mas avalia que a proposta deveria começar a ser implantada no ensino fundamental, e não no médio, para não excluir alunos que trabalham.

"Nessas unidades não haverá o período noturno. Esses

jovens ficarão fora da escola e terão mais tarde que buscar a educação de jovens e adultos, cujas vagas também estão sendo reduzidas."

Referência em ensino médio de tempo integral, Pernambuco também enfrentou alguma resistência no início da implantação do modelo, afirma Fred Amâncio, secretário de Educação do estado.

A ampliação da jornada é considerada chave para os resultados das escolas pernambucanas, que têm o terceiro melhor ensino médio do país entre as redes estaduais.

Hoje, 57% dos jovens que ingressam no ensino médio do estado vão para escolas de jornada ampliada. Implantar o modelo em larga escala, segundo Amâncio, é fundamental para que não se criem ilhas de excelência.

Outras medidas importantes nesse sentido foram a implantação de pelo menos uma escola de tempo integral por município e a introdução parcial do programa: começava no primeiro ano do ensino médio e depois avançava.

Com isso, nenhum aluno que já estava em uma escola teve que sair por não poder ficar no período estendido.

Segundo o secretário, à medida que os resultados apare-

**77**

colégios da rede estadual paulista rejeitaram a ampliação da jornada

**100**

unidades implantadas em período integral é o objetivo da gestão João Doria (PSDB)

**75%**

de gratificação no salário é o percentual de aumento aos professores dessas escolas

**2024**

é a previsão para que 25% dos alunos estudem em escolas com carga horária de sete horas por dia, segundo o Plano Nacional de Educação





ceram, a resistência ao projeto caiu, inclusive entre jovens que trabalhavam.

"Ninguém pode falar mais sobre necessidade e carência do que nós nordestinos. Mas, quando as famílias passam a acreditar que o ensino médio vai abrir oportunidades, elas priorizam o estudo", afirma.

Pesquisas indicam que alunos que cursaram ensino integral no estado têm mais chances de ingressar no ensino superior e maior renda no trabalho.

Presidente do Conselho de Administração do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), Anna Helena Altenfelder diz que a implementação da política de tempo integral deve ser pensada de forma a evitar o aumento da desigualdade, por exemplo, dando prioridade a áreas mais vulneráveis.

Cássio defende a oferta de bolsas de permanência para que estudantes pobres possam optar pela jornada maior.

Segundo o secretário da Educação paulista, Rossieli Soares, apesar da rejeição de parte das escolas, cerca de 500 delas manifestaram de alguma forma interesse na proposta. Para selecioná-las, será preciso avaliar critérios como a infraestrutura. Ele diz que serão priorizadas as unidades em áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica, o que funcionará como fator de redução de desigualdade.

Rossieli afirma ainda que o programa Inova Educação levará a escolas regulares aspectos que já existem nas integrais, como disciplinas eletivas, o que também irá equalizar oportunidades.

# A explosão do ensino a distância

## Cada vez mais alunos das escolas presenciais migram para o EAD, principalmente nos cursos noturnos

O crescimento acelerado da educação a distância (EAD) tem contribuído para o encolhimento do ensino presencial no Brasil, o que pode mudar em pouco tempo o cenário da formação superior no país. Em um ano, quase 120 mil alunos migraram de uma modalidade para a outra.

O número consta de estudo feito pelo Semesp (entidade das mantenedoras de ensino superior) com base nos microdados do Censo da Educação Superior feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC).

Vista com desconfiança por parte dos conselhos profissionais do país, a EAD registra índices de evasão elevados, ao mesmo tempo em que tem demonstrado maior capacidade de atrair alunos.

### Cursos noturnos

A transferência de estudantes para a modalidade tem tido impacto especialmente sobre os cursos noturnos. Há cinco anos, eles eram o destino de mais da metade dos ingressantes no ensino superior privado. Em 2018, a proporção se

inverteu pela primeira vez, e a parcela de alunos que entra em faculdade particular via EAD pela primeira vez superou a do ensino presencial noturno – 45,7% contra 36,7%. Nos diurnos, também houve queda, de 20,8%, em 2013, para 17,6% em 2018.

Ao comparar os censos de 2016 e 2017, o Semesp constatou que parte dessa mudança se deveu à migração de alunos: 119.811 mudaram do presencial para a EAD. O salto na educação a distância tem contribuído para o ensino superior brasileiro estar apenas estagnado, em vez de em declínio. De 2017 a 2018, as matrículas na modalidade presencial, responsável por três quartos do total, caíram 2,1%, e as de EAD aumentaram 17%. Com isso, o sistema como um todo cresceu 1,9%.

### Preocupação

O resultado preocupa, uma vez que a proporção de jovens de 18 a 24 anos na universidade no país, em 18%, está distante da meta do Plano Nacional de Educação de chegar a 33% em 2024, o que aproximaria o Brasil de países desenvolvidos.

Como a EAD tende a atrair alu-

nos mais velhos, pode ser um erro apostar nela para aumentar essa taxa, mesmo com as mensalidades menores, afirma Rodrigo Capelato, diretor-executivo do Semesp.

A média de idade da modalidade é de 31 anos, contra 24,6 da presencial. "Os jovens sem vaga em universidade pública e sem financiamento estudantil estão indo direto para o mercado de trabalho", afirma. "Educação a distância é importante, mas não pode ser vendida como a grande solução."

### Grande evasão

A demanda pela ampliação do financiamento estudantil não tem sido bem recebida no governo Jair Bolsonaro (PSL). Indagado sobre o Fies por um representante do setor privado em evento no mês passado, o ministro Abraham Weintraub afirmou: "Vocês vão ter que se virar".

Outra característica da EAD que dificulta a ampliação do ensino superior é o seu alto índice de evasão, que chegou a 36,5% em 2018, contra 26,5% do presencial.

A qualidade de parte dos cursos é outra fonte de preocupação. No Enade de 2017, que avaliou universitários de licenciaturas e ciências exatas, 46% das graduações a distância tiraram notas 1 e 2, as mais baixas na escala de 1 a 5, ante 33% das presenciais. Já na edição de 2018 do exame, que examinou cursos de administração, comunicação social e tecnológicos, o desempenho foi similar.

**120**  
MIL ALUNOS TROCARAM  
PARA O EAD EM  
APENAS UM ANO





## SAIBAMAIS

- » Estudante de administração no Rio de Janeiro, Juliane Teixeira, 21 anos, conta que decidiu mudar para a EAD logo na primeira semana de aulas, quando soube que a mensalidade cairia de R\$ 400 para cerca de R\$ 260. A flexibilidade de horários também foi importante, pois permitiu a ela conciliar os estudos com um novo trabalho. Por outro lado, Juliane diz sentir falta da convivência. "Sinto que estudar sozinha me deixou mais travada", afirma.
- » Recentemente, a EAD sofreu revés com decisões em série de conselhos profissionais de saúde de não aceitar inscrição em seus quadros de pessoas formadas na modalidade, o que pode impedi-las de exercer a profissão. Entre as entidades que adotaram essa medida, estão as de farmácia, medicina veterinária e odontologia.
- » No último dia 8, o Ministério Público Federal encaminhou ao Ministério da Educação uma recomendação para que a pasta suspenda a autorização para novos cursos a distância na área da saúde.

## Associação vê estigma sobre modelo

Conselheira da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), Josiane Tonelotto afirma que há um estigma sobre a EAD e que os problemas da formação de professores no Brasil estão presentes nas duas modalidades de ensino. Ela cita pesquisas que mostram que esses cursos tendem a receber alunos com pior desempenho escolar.

Em relação à capacidade da EAD de incluir os jovens, ela diz que isso tem ocorrido cada vez mais. A média de idade na modalidade, no entanto, cai bem lentamente - foi de 32, em 2010, para 31 em 2018. A mediana há uma década é de 30 (metade dos alunos têm mais, e metade, menos).

"A EAD vai ter as duas missões. Vai incluir o aluno que não estaria no ensino superior e encontra a chance de estudar e também tomará parte do espaço do presencial", diz Josiane.

Alunos que fizeram a migração da sala de aula tradicional para o ensino por computador apontam como motivos as mensalidades mais baixas e a flexibilidade do EAD. Contribui também a já significativa parcela de conteúdo remoto nos cursos presenciais, diz Ricardo Holz, presidente da associação dos estudantes de EAD.

**Nada pessoal** Auxiliares de Paulo Guedes (Economia) se propuseram a ajudar a formatar proposta da Câmara que libera universidades públicas a gastarem mais dos recursos que arrecadarem por conta própria. A ideia concorre com o Future-se, de Abraham Weintraub (Educação).

**Boas intenções** A equipe econômica foi consultada porque há o temor de que a iniciativa prejudique o teto de gastos, a norma que limita o crescimento das despesas do governo.

## O primeiro Enem da era Bolsonaro

*Professores apostam em prova mais objetiva e dão dicas para a última semana*

JOSY FISCHBERG E  
RAPHAEL KAPA  
sociedade@oglobo.com.br

No próximo domingo, cerca de 5 milhões de candidatos terão em suas mãos as provas de Linguagens, Ciências Humanas e Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), avaliação que é a principal porta de entrada para o ensino superior do país. Diferentemente dos últimos anos, quando professores e alunos sentiam-se mais seguros em dizer o que poderia ser cobrado nos testes, as avaliações de 2019 suscitam algumas dúvidas. Este é o primeiro Enem a ser aplicado durante o governo de Jair Bolsonaro — que, em 2018, depois de eleito, chegou a afirmar que interferiria no exame para retirar temas que considerasse inadequados. Em julho deste ano, o atual ministro da Educação, Abraham Weintraub, garantiu que o presidente não havia lido e nem pretendia ler as questões da prova, mas que ele próprio, ministro, tinha dado orientações para a retirada de “qualquer viés ideológico” dos exames e que “cabeças iriam rodar” se essa determinação não fosse atendida. Ainda que nem tudo possa ser previsto em relação ao conteúdo cobrado nas avaliações de 3 e 10 de novembro — no segundo dia, as provas serão de Matemática e Ciências da Natureza —, as estratégias de preparação, especialmente na semana que antecede o exame, são bastante

claras para a maioria dos docentes (veja todas as dicas no quadro ao lado).

— Alguns passos precisam ser tomados para que, dentro de uma prova longa, o candidato obtenha o melhor rendimento — afirma o coordenador pedagógico do colégio Mopi, Luiz Rafael Silva. Poucos pensam em ler o edital do Enem na última semana, mas Silva afirma que esse é um passo fundamental. — Raramente isso é feito nas escolas, mas é importante entender todos os procedimentos. Já houve gente desclassificada antes mesmo de começar o exame por estar escrevendo fórmulas na capa dos cadernos de questão. Muitos não sabem que, antes do início da prova, nada pode ser escrito nela. Essa é uma das orientações que está no edital — ensina.

Os últimos sete dias antes do Enem também são o momento em que os alunos devem começar a “desacelerar” e trabalhar o controle emocional.

— Na última semana, o aluno deve dedicar seu tempo às aulas de revisão e a momentos de relaxamento. É como se você estivesse treinando para a final da Copa do Mundo. O time, nessa fase, nunca pega pesado. Ele não deixa de treinar, mas treina leve, para não ter uma câimbra ou um estiramento muscular — compara o professor de redação Eduardo Valladares, do cursinho online Descomplica.

Nos últimos sete dias, a sugestão é ficar de olho e conferir os aulões oferecidos tanto virtualmente quanto presencialmente por cursinhos e colégios. Eles normalmente

apresentam uma revisão dos conteúdos de modo descontraído. Na página do Enem no GLOBO (oglobo.com.br/enem), os leitores encontram uma lista desses aulões para acompanhar, além de testes e dicas.

### APOSTAS PARA A PROVA

Mesmo com a dificuldade de prever exatamente o que vai cair no exame de 2019, alguns professores sugerem que a prova poderá manter o caráter social dos últimos anos, mas evitando determinados assuntos. — Na redação, é difícil imaginar que caia algo relacionado a direitos de LGBTs, por exemplo. Assim como não deve cair um tema diretamente apoiado pelo governo, como porte de armas. Acredito que a proposta será de algo ligado à área de saúde, como ansiedade ou depressão. Ou até mesmo adoção — analisa Carolina Pavanelli, diretora pedagógica da Plataforma de Ensino Eleva e professora de redação da Escola Eleva. Para Romulo Braga, professor de Linguagens do Colégio QI, há a expectativa de uma prova mais objetiva. — Não é uma questão só deste governo, já era uma tendência, um processo do Inep (instituto ligado ao MEC responsável pela aplicação do Enem) nas últimas edições. A prova fica mais prática, a reflexão social é deixada para outros exames — afirma.

Para Monty Hinke, professor de História dos colégios De A a Z e Intellectus, os candidatos devem encontrar uma prova “moderada”:

— A expectativa não é de uma avaliação conteudista como a da Fuvest, mas acho que não teremos questões que gerem polêmica.





## O QUE FAZER ATÉ O DIA DO EXAME



### Leia o edital

Estar por dentro do que os candidatos podem ou não fazer durante a prova é fundamental. Há regras específicas sobre materiais permitidos e proibidos, por exemplo. Isso evita que o estudante tenha sua prova anulada por algum comportamento indevido



### Pegue mais leve nos estudos

A preparação para o Enem é como um treino para uma competição esportiva. O atleta não deixa de treinar com a proximidade do evento, mas passa a treinar "mais leve". Tire os últimos dias para fazer exercícios de revisão



### Incorpore a diversão na agenda pré-exame

Uma dica é sair e se divertir com os amigos nos dias anteriores, sempre com moderação. E, no dia antes da prova, relaxar em casa



### Assista a aulas

Na última semana, cursinhos e escolas oferecem os aulões, que tratam dos conteúdos que podem ser cobrados na prova, mas de uma maneira mais leve. Eles acontecem virtualmente ou presencialmente



### Confira se seus documentos estão em ordem

No dia da prova, você deve levar documento de identificação original, oficial e com foto. Não são aceitas cópias simples ou autenticadas



### Preste atenção ao local de prova

Já acessou seu cartão de confirmação no site oficial do Enem? Acesse o documento e imprima.

Confira seu local de prova e faça o trajeto da sua casa até lá, para saber quanto tempo leva. Isso é importante para evitar atrasos





---

*Carolina Pavanelli,  
Plataforma Eleva*



"Não deve cair um tema ligado a direitos de LGBTs, por exemplo. Assim como não deve cair um tema diretamente apoiado pelo governo, como porte de armas. Acredito que a proposta de redação será ligada à área de saúde".

---

*Monty Hinke,  
Colégio de A a Z*



"A expectativa não é a de uma prova conteudista como a da Fuvest, mas também acho que não teremos questões que gerem polêmica. Existe uma redação das próprias questões que evita o enfrentamento".

---

*Romulo Braga,  
Colégio QI*



"Existe uma expectativa de uma prova mais objetiva. Não é uma questão só deste governo, já era uma tendência. De forma técnica, a prova fica mais prática, a reflexão social é deixada para outros exames".

## As mudanças no Future-se

Três meses depois de ter lançado o Future-se, um programa de reformulação do ensino superior público que foi muito criticado pela maioria dos reitores das universidades federais, o Ministério da Educação (MEC) tomou uma iniciativa saudável. Em vez de apresentar os detalhes do programa, como havia sido prometido, alterou várias diretrizes que havia anunciado, reconhecendo desse modo a procedência das críticas dos reitores.

Desde que o Future-se foi submetido a consulta pública, após seu lançamento, 40 mil pessoas cadastraram-se para fazer críticas e propor mudanças. As principais críticas versavam sobre o esvaziamento da autonomia universitária em matéria administrativa, a interferência de órgãos estranhos às universidades públicas na vida acadêmica e a ampliação das fontes de financiamento. Quase todos esses pontos foram classificados como inconstitucionais por muitos reitores. Em resposta, o MEC nomeou uma comissão de juristas para remover os obstáculos legais.

Mais enxuta do que a anterior, a nova redação do Future-se enfatiza a “obediência à autonomia universitária” como uma de suas diretrizes fundamentais. Também suprime algumas ideias originais, como as menções às ideias de governança e gestão. A versão original autorizava apenas as organizações sociais (OSs) já reconhecidas pelo MEC a gerir as universidades e abria caminho para que Sociedades de Propósito Específico (SPE) e startups pudessem fazer o mesmo. Já a nova versão classifica as fundações de apoio das universidades públicas – por elas criadas para servirem de ponte entre a academia e a iniciativa privada – como alternativa às OSs.

Outro ponto alterado trata dos tipos de contratos de gestão de atividades administrativas e de ensino que poderão ser firmados pelas universidades federais. A proposta inicial previa um plano de ação, diretrizes de governança e gestão de políticas de pessoal. Pela nova versão, o contrato que o governo assinará com as universidades federais estabelecerá metas a serem atingidas. E, para avaliar se elas foram atingidas, o MEC

terá de criar uma lista de indicadores de desempenho. Além disso, o órgão recuou em outro ponto que era considerado intocável por seus dirigentes. A ideia era obrigar as universidades públicas a reduzir gastos com pessoal. A nova versão não menciona esse tipo de despesa.

Com relação às fontes adicionais de financiamento, a versão divulgada em julho autorizava as universidades federais a comercializar produtos, criar fundos patrimoniais, locar imóveis e cobrar pelo atendimento médico de pacientes com plano privado de saúde. A nova versão do Future-se suprimiu essa cobrança e tratou de modo mais detalhado a criação e a gestão dos fundos patrimoniais.

Por fim, o MEC reduziu o número de leis que terão de ser alteradas para a implementação do Future-se. Pela nova versão, o órgão decidiu não mudar quatro leis que estavam na versão original e incluiu outras duas. Entre as que desistiu de alterar, as mais importantes são as leis que estruturam o Plano de Carreiras e Cargos para Magistério Público e definem regras sobre regime especial de tributação. Entre as duas leis que incluiu, a mais importante é a que estabelece o Plano de Carreira dos Servidores Técnicos das universidades federais. A ideia é aumentar a lista de atribuições, permitindo que os servidores técnicos coordenem projetos de ensino e pesquisa, desde que a atuação seja restrita a atividades administrativas.

Depois de divulgar a nova versão do Future-se, o MEC anunciou que a submeterá a nova consulta pública a partir de 28 de outubro. Desde o início do atual governo, essa foi a primeira vez que o órgão agiu com bom senso e disposição ao diálogo, deixando de lado o enviesamento ideológico e a agressividade com que seus dirigentes vinham tratando as universidades federais. Ainda é cedo para saber se esse será o comportamento do MEC de hoje em diante ou se foi apenas uma estratégia para tentar obter apoio para um projeto mal recebido pela academia.

**RENATA  
CAFARDO**E-MAIL: [renata.cafardo@estado.sp.com](mailto:renata.cafardo@estado.sp.com)  
ESCREVE QUINZENALMENTE

## Como será o Enem?

Neste ano, neste mês de outubro, completam-se dez anos da grande mudança da história do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). E, bem na efeméride, a prova volta a ser um mistério, com potencial de mudar novamente. Assim como ninguém sabia como seria o exame de 2009, quando o governo Lula fez o Enem virar um super vestibular, a dúvida surge de novo agora. Que prova a gestão de Jair Bolsonaro vai apresentar aos 5 milhões de estudantes daqui a uma semana?

Há dez anos, para quem não se lembra, deu tudo errado. O exame

foi roubado a três dias da data marcada para ser aplicado. Os criminosos tentaram vender o Enem por R\$ 500 mil ao Estado, especificamente a esta colunista. Parece mentira, mas aconteceu.

O roubo não foi mera falta de sorte. Como mostro no livro *O Roubo do Enem* (Editora Record), a concorrência para escolher a empresa que cuidaria de toda a logística e impressão foi feita de forma atabalhoada. Mesmo sem cumprir os requisitos mínimos para ser aprovada na licitação, uma empresa sem experiência foi a escolhida por uma razão simples: só ela participou da disputa.

Além disso, foi criada às pressas

uma sala improvisada dentro da gráfica para montar as provas, que já estavam atrasadas. Foi lá que os três funcionários furtaram o exame. Depois da revelação do vazamento do Enem pelo Estado, a prova foi cancelada e só foi aplicada alguns meses depois.

Passada uma década, o cenário é outro. Nesse período, o Ministério da Educação (MEC) se equipou e acumulou expertise de segurança e, apesar de um caso ou outro de fraude, essa não é mais a maior preocupação. Agora, a dívida vem do conteúdo.

Ao longo desses anos, o Enem ficou conhecido (e elogiado) por ser uma prova que incluía sem medo temas próximos da vida do jovem, contemporâneos, criativos. O último exame, por exemplo, falou de feminismo, direitos humanos e até de um dialeto de gays e travestis. E aí despertou a ira do recém-eleito presidente Bolsonaro.

Suas primeiras declarações davam conta de que ele leria a prova antes de ser finalizada, o que não é nada recomendado pelos especialistas em segu-





rança. A ideia do presidente era impedir temas como a chamada “ideologia de gênero”, termo criado por aqueles que não são a favor da discussão de identidade de gênero e que, obviamente, nunca apareceu no Enem.

A prova deste ano é daqui a uma semana e, pelo que garantem os integrantes do MEC, nem Bolsonaro nem o ministro Abraham Weintraub leram o Enem. Menos mal.

---

### **‘Comissão de censura’ chegou a ser instalada neste ano para retirar questões ‘ofensivas’**

---

Mas isso não impede que as declarações e o clima de polarização na educação tenham influenciado os técnicos que fazem ou escolhem as questões que irão para a prova.

No começo do ano, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do MEC que faz o exame, instituiu um grupo que ficou conhecido como “comissão de censu-

ra”, justamente para retirar do banco de questões as que tivessem “teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais”. O grupo não está mais lá, mas parece que o trabalho dele foi considerado.

Em entrevista à *Folha de S. Paulo* na semana passada, o atual presidente do Inep, Alexandre Lopes, avisou que “redações de esquerda” não terão nota baixa, mas que a intenção da prova deste ano é ser “neutra”. Ele é o terceiro a passar pelo cargo em dez meses. A diretoria que cuida do Enem ficou sem responsável por cinco meses. Em abril, a gráfica que imprimiria o exame faliu. A confusão foi tamanha no Inep este ano que me lembrou 2009. Para o bem dos estudantes, tomara que seja só uma impressão.

**\***  
É REPÓRTER ESPECIAL DO ESTADO E  
FUNDADORA DA ASSOCIAÇÃO DE  
JORNALISTAS DE EDUCAÇÃO (JEDUCA)

## ENSINO MÉDIO »

# Educação para o profissional do futuro

*Parceria público-privada traz inovação e forma estudantes de escolas públicas com competências socioemocionais e tecnológicas no Rio e em Pernambuco. Modelo pode servir de inspiração na preparação para aplicar a BNCC*

» Daniela Santos\*



Rio de Janeiro — A reforma no currículo do ensino médio e a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem estimulado a formação técnica e profissional de estudantes que ainda estão cursando o ensino médio. Escolas públicas têm apostado no modelo integral, no qual os estudantes fazem o ensino regular em um turno e o técnico em outro período. Os Núcleos Avançados em Educação, os chamados Nave, têm apostado em outro método, mais integrado. São cerca de 10 horas por dia que os estudantes passam na escola.

Po momento da matrícula, eles optam entre o curso técnico em

multimídia e o técnico em programação de jogos. Essa formação profissional é feita em conjunto com o ensino regular, dentro de uma mesma grade horária, ou seja, os alunos não fazem aula no turno contrário: a educação regular e a profissionalizante são mescladas entre uma disciplina e outra. “O grande barato aqui é que você não tira o regular e coloca o técnico. Conseguimos unir os dois. Então, isso é muito legal. Além do mais, tem essa questão de que quando você se forma, recebe a dupla diplomação”, destaca o coordenador de curso técnico do Nave-Rio, Alexandre Rangel.



O modelo de gestão é compartilhada entre as Secretarias de Estado de Educação do Rio de Janeiro e de Pernambuco e a Oi Futuro, instituto de inovação e criatividade da empresa de telecomunicações. Duas escolas públicas fazem parte do projeto: o Colégio Estadual José Leite Lopes, no Rio, e a Escola Técnica Estadual Cícero Dias, em Recife. De acordo com a gerente de Educação, inovação social, esporte e comunicação da Oi, Carla Uller, o

método de ensino é “mão na massa”, com project based learning (educação baseada em projetos).

“O aprendizado se dá na prática, você tentando fazer, errando, acertando e trabalhando em grupo também.” Ela afirma que esse modelo de aprendizagem vai ajudar os alunos nas competências profissionais desejadas pelo mercado. “Na escola tradicional, o estudante absorve o conhecimento sozinho e, no fim, faz uma prova sozinho. Não adianta você ter uma educação individual, pois, ao chegar ao mercado de trabalho, você precisa trabalhar em equipe, desenvolver projetos em grupo”, avalia. A integração ocorre também entre os alunos dos diferentes cursos técnicos.

Para isso, são desenvolvidos projetos ao longo dos três anos. No primeiro, os estudantes passam por um processo de letramento digital, para nivelar o conhecimento dos alunos com as tecnologias que vão usar durante o curso. Já no segundo, eles partem para colocar o aprendizado em prática: alunos dos cursos técnicos de multimídia e programação vão se juntar para criar um jogo. Os grupos podem ser de turmas diferentes. A equipe de multimídia cuida da interface, design e trilha sonora do jogo, enquanto a outra turma desenvolve a programação.





No terceiro ano, é o momento de consolidar esse conhecimento adquirido durante todo o ensino médio, construindo um projeto, dessa vez, mais livre: aplicativo, canal de vídeos, podcasts, jogos e assuntos com os quais eles tenham afinidade. A ideia é que tudo seja multidisciplinar. Por isso, docentes do ensino técnico e regular auxiliam no desenvolvimento dos projetos. Por causa dessa estrutura, não é possível que um estudante ingresse no decorrer do ano letivo ou após o primeiro ano.



#### Projetos premiados

A escola incentiva os alunos a inscreverem criações em diversas mostras, premiações e outros eventos. O jogo do aluno do curso de multimídia, Luis Felype Marques, 15 anos, ainda nem foi lançado e já foi selecionado para a Mostra de Arte da SBGames, um dos principais eventos acadêmicos na área de jogos e entretenimento digital, promovido pela Sociedade Brasileira de Computação. Ele e mais sete membros construíram um jogo a partir do tema “diversidade”.

O game conta a história de duas personagens de cidades totalmente opostas que têm de lutar juntas contra uma ameaça maior. De acordo com o Luis, a intenção é mostrar que “mesmo com todas as

diferenças, a gente tem que se ajudar”. O interesse por jogos vem desde a infância, quando via o pai jogar videogame. Hoje, ele conta que pretende levar o hobby para o lado profissional e aposta no jogo. “Eu realmente pretendo fazer com que funcione porque eu acho que ele tem um grande potencial”, planeja. Outros projetos desenvolvidos por alunos do 2º ano são apresentados na Game XP, o maior evento de games da América Latina.

Também com proposta desenvolvida no Nave-Rio, Iasmin Alves, 18 anos, acabou de ser premiada pelo Start Ambev, programa que vai dar três meses de mentoria para 15 projetos selecionados, além de prêmio de R\$ 50 mil. Ela faz parte da equipe que desenvolveu o aplicativo Mais Torcedoras, que conecta mulheres entusiastas de futebol para que possam assistir aos jogos juntas, seja em estádios, bares seja em outros lugares. “O que afasta as mulheres dos estádios é a cultura do assédio, o machismo, a falta de segurança e de companhia. Então, a gente decidiu procurar uma solução para que aumentasse o número de mulheres nas arquibancadas”, explica a jovem.

Ela conta que a escola foi fundamental no processo de criação, desde a elaboração da ideia até o plano de negócios. “Foi nosso primeiro contato com empreendedorismo, quando a gente ainda nem sabia que levava esse nome. Todo o planejamento da escola é voltado para nos tornar empreendedores”, comenta. A carga horária elevada torna impossível que o estudante faça estágio durante o

período de aula.



Professores apresentaram experiências durante lançamento de livro

Pensando nisso, foi desenvolvido, há dois anos, o geração Nave, um programa de empregabilidade voltado exclusivamente para egressos da escola. Atualmente, o projeto só funciona no Rio de Janeiro, mas pessoas que estudaram no polo de Recife também podem participar. O cargo faz parte da área estratégica de inovação da empresa e foi pensado levando em conta a formação que eles recebem dentro do Nave.

#### Multiplicando experiências

Pensando em expandir a experiência de ensino do Nave, foi lançada, na última segunda-feira (21), a segunda edição do E-Nave 2: Guia de práticas pedagógicas inovadoras, um e-book que reúne 45 métodos de ensino inovadores, desenvolvidos e testados por professores da escola.

A ideia é propor atividades, do tipo “mão na massa”, que podem ser aplicadas até em escolas que não têm tantos recursos tecnológicos. Elas levam em consideração as competências sugeridas pela reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular.





O E-Nave tem práticas pedagógicas que, não necessariamente, têm a ver com tecnologia. Foi uma forma que o projeto encontrou de sistematizar o conhecimento gerado pelos docentes. O e-book é dividido em seis capítulos, cada um agrupa práticas dentro de um mesmo eixo educativo. O primeiro trabalha a questão da identidade, as trajetórias dos alunos, tendo em vista a formação de jovens críticos e autocríticos. O segundo reflete sobre diversidade e os diferentes ritmos e formas de aprendizagem.

Nesta segunda edição, o E-Nave deu um foco maior ao uso de games no processo de aprendizagem. É disso que trata o terceiro capítulo, “Jogando se aprende”, em que educadores usam estratégias de gamificação. Uma dessas práticas foi “Em busca dos jogos perdidos”, desenvolvida pelos professores Igor Moreno e Sandro Menezes. Nela, em um jogo de tabuleiro, os alunos têm de decifrar um enigma a partir de pistas oferecidas pelos professores. A atividade estimula a criatividade, a interação e a curiosidade dos estudantes dentro do ambiente de aprendizagem.

Em seguida, o capítulo “Juntos aprendemos” tem ênfase em atividades que incentivam o trabalho em equipe. O quinto capítulo, “#CulturaJovem”, é voltado para o uso de tecnologias como forma de apresentar conteúdos. É o caso da professora de português do Nave de Recife Patrícia Oliveira, que criou a prática pedagógica Memes Fabulosos, na qual os alunos foram desafiados a criar memes a partir das

histórias de fábulas. Para ela, é necessário que os professores estejam atentos à linguagem do aluno. “Se queremos fazer com que o aluno tenha uma aprendizagem realmente efetiva, a gente precisa fazer uma junção das nossas práticas tradicionais com práticas inovadoras”, afirma.

Por fim, no último capítulo, “Desafio, lógica e argumentação”, as práticas exercitam capacidades de argumentação, análise, síntese, construção de modelos e categorização. O e-book completo pode ser baixado gratuitamente na Plataforma Integrada de Recursos Educacionais Digitais do MEC ([www.plataformaintegrada.mec.gov.br](http://www.plataformaintegrada.mec.gov.br)) ou no site: [www.oifuturo.org.br/e-nave](http://www.oifuturo.org.br/e-nave). A primeira edição do E-Nave foi lançado no ano passado e traz outras 40 práticas pedagógicas. Ele também está disponível nos mesmos endereços.

### **Escolas-piloto no DF testarão novo ensino médio**

O Novo Ensino Médio, instituído por lei, se baseia na implementação da BNCC. A fim de se preparar para as novidades, que já precisam estar em prática em 2020, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF) terá cinco escolas-piloto que começarão a aplicar o modelo ano que vem:

- CED 3 do Guará;
- CEM 804 do Recanto das Emas;
- CEM 03 de Taguatinga;
- CED 4 de Sobradinho e
- Cemi Gama

A previsão é de que, em 2021, o projeto seja expandido para todas as regionais de ensino e, em 2022, as 91 escolas da rede pública devem adotar o currículo.

A SEEDF vai abrir uma consulta pública on-line e promover diversos eventos para discutir o novo modelo de ensino médio. A consulta pública será lançada na quarta-feira (30), no link [www.even3.com.br/novoensinomedioldfcom](http://www.even3.com.br/novoensinomedioldfcom), com prazo de encerramento em 4 de dezembro. O objetivo dela é ouvir a opinião da população sobre o novo currículo do ensino médio a ser aplicado nas escolas-piloto.

A secretaria também promove fóruns de discussão presenciais exclusivos para professores e funcionários das escolas-piloto, em 6 e 11 de novembro — interessados podem se inscrever até amanhã (28), no link [www.even3.com.br/forumnovoem](http://www.even3.com.br/forumnovoem). Os encontros serão no Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (Eape), na 907 Sul, e discutirão de forma mais aprofundada o currículo em movimento das escolas-piloto.

### Nave em números

Unidade Rio  
Criação: 2008

Forma de ingresso:  
Matrícula Fácil,  
sistema de matrícula em escolas  
públicas do Rio de Janeiro

Número de alunos:  
430

Alunos formados:





1 mil

Unidade Recife  
Criação: 2006

Forma de ingresso: prova,  
levando em consideração as  
notas dos alunos para ingresso

Número de alunos:

950

Alunos formados:  
1,5 mil

**Confira especial de dados na  
sexta (1º/11)**

Prepare-se para conhecer melhor os colégios de ensino médio do DF por meio da plataforma Correio nas Escolas, que entra no ar em 1º de novembro no site Eu, Estudante. O especial de jornalismo de dados

mapeou as instituições que oferecem os três anos finais da educação básica na capital federal, que serão apresentadas de forma interativa e dinâmica. As jornalistas Ana Paula Lisboa e Thays Martins prepararam reportagens sobre 16 escolas, a educação em Brasília, a BNCC e a reforma do ensino médio. Será possível conferir no especial também contribuições de textos, fotos, áudios e vídeos enviados por leitores sobre como é fazer o ensino médio no Distrito Federal. O conteúdo traz, ainda, uma linha do tempo, resgatando reportagens do Correio Braziliense desde 1960. Não perca e acesse em [www.correio braziliense.com.br/euestudante](http://www.correio braziliense.com.br/euestudante) na sexta-feira.

\*A estagiária, sob supervisão da subeditora Ana Paula Lisboa, viajou a convite da Oi

## UFRJ avaliará autodeclaração de candidatos

A partir de 2020, os candidatos que se declararem pretos ou pardos para concorrer a vagas nos cursos de graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) serão submetidos à análise de uma comissão especial que avaliará as autodeclarações. O objetivo é evitar fraudes no sistema de cotas. Atualmente, há mais de 200 denúncias de irregularidades em investigação na instituição de ensino.

A decisão foi aprovada na última quarta-feira, em sessão do Conselho de Ensino e Graduação. A comissão será presidida pela pró-reitora de Graduação, Gisele Pires, e será composta por pelo menos 45 membros. A ideia é que o comitê tenha representantes dos três segmentos da comunidade acadêmica: docentes, técnicos administrativos e estudantes. Nota divulgada ontem pela UFRJ informou que a comissão vai utilizar apenas critérios fenotípicos (aparência) para as análises.

A universidade conta hoje com uma comissão de identificação instituída ainda na gestão anterior para apurar as denúncias de fraude – são 230 em investigação – e sugerir sanções para cada caso.

Para a coordenadora da comissão que apura as denúncias, Denise Goés, é importante que a UFRJ se posicione contra as fraudes nos editais e informe aos candidatos que eles serão avaliados caso se autodeclarem pretos ou pardos.

“O que nos interessa é que essa pessoa saiba que, ao se declarar preta ou parda (...), está se condicionando a passar por uma comissão de heteroidentificação que vai, de certa forma, atestar essa negritude, que será atestada somente por traços fenotípicos”, disse Denise, em um comunicado divulgado pela universidade.

Pardos. Como o Estado mostrou no ano passado, uma em cada três universidades federais já investigou a matrícula de estudantes por suspeita de terem fraudado as cotas. Nos documentos analisados foram encontrados estudantes que se autodeclararam quilombolas mesmo sem nunca terem vivido em uma comunidade. O caso mais comum é o dos pardos, que muitas vezes são identificados – e denunciados – como “socialmente vistos como brancos” e, portanto, não deveriam utilizar o sistema, segundo movimentos sociais.

**Falem bem, falem mal.../** O ministro da Educação, Abraham Weintraub, não vai abrir mão das tiradas de humor nas redes sociais como forma de chamar a atenção para as mudanças que faz na pasta. Cenas como “Cantando na Chuva” e os óculos que usou para anunciar o descontingenciamento das verbas vão continuar.

## Governo quer fim da estabilidade



Bolsonaro, com o presidente da China, Xi Jinping: mudanças em estudo incluem, ainda, a eliminação da indexação de salários e a redução do quadro de pessoal da União

O governo pretende mesmo acabar com a estabilidade para os novos servidores públicos federais, como Correio havia antecipado no início deste mês. Na China, segunda etapa de sua viagem à Ásia e ao Oriente Médio, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que a proposta de reforma administrativa, que será encaminhada ao Congresso nos próximos dias, deverá retirar a garantia de estabilidade dos funcionários que ingressarem nos próximos anos. A mudança, porém, não valeria para os atuais quadros.

“A reforma administrativa está bastante avançada. Não haverá quebra de estabilidade para os atuais servidores. Quem entrar a partir da promulgação da PEC (proposta de emenda à

Constituição), aí pode não haver estabilidade”, disse o presidente, que ontem se encontrou com o líder chinês, Xi Jinping, a quem presenteou com uma camisa do Flamengo.

Bolsonaro afirmou, ainda, que a intenção é acabar com a indexação dos salários. “As pessoas falam tanto dos militares. Um aspirante começa ganhando em torno de R\$ 6.500 brutos e, ao longo da carreira, vai havendo progressão. O que a equipe está estudando é acabar com indexações nessa área”, informou. “Ninguém vai desindexar o salário mínimo. Todo ano ele vai ter, no mínimo, a inflação”, emendou.

Sobre a inclusão de estados e municípios na reforma da

Previdência, o chefe do Executivo ressaltou que aguardará os entendimentos políticos. O texto da reforma administrativa, que deve acabar com a estabilidade para novos concursados ainda prevê reformulação dos planos de carreiras de Estado e redução da jornada dos funcionários públicos.

A equipe econômica também pretende reduzir o número do quadro, que ainda é crescente e tem mais de 1 milhão de ativos e inativos, evitando realizar concursos para cobrir vagas dos 127 mil servidores que devem se aposentar nos próximos cinco anos. Essas medidas visam reduzir os gastos com pessoal, que forma o segundo maior grupo de despesa obrigatória da União, após a Previdência.

Ainda nesta semana, ao comemorar a aprovação da reforma previdenciária, Bolsonaro havia ressaltado que o próximo passo do governo seria a reforma administrativa. “Vem a tributária ou administrativa, a que for mais fácil de passar. As duas são importantes. A tributária sempre é complicada, há muito tempo se tenta e não se consegue. Acredito, não depende apenas de mim, que a administrativa seja de tramitação menos difícil”, avaliou.





O presidente interino, Hamilton Mourão defende que as reformas administrativa e a tributária tramitem em conjunto: “Sempre penso no melhor dos mundos. As duas podiam caminhar lado a lado, até porque elas são complementares. Quem tem que ditar a voga é o presidente, dizer o que é prioritário e o Congresso aceitar isso aí, porque pode ter outra visão”, concluiu.

Para o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), há a possibilidade de o país passar por uma reforma administrativa tão grande quanto a da Previdência. “Enfrentamos a Previdência, e vamos enfrentar reforma administrativa a partir da próxima semana. Estou confiante. Acho que há possibilidade de fazer reforma tão grande quanto na Previdência”, avaliou.

A proposta ainda será avaliada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e por Bolsonaro. Ela deverá provocar muita polêmica e, no Congresso, dificilmente deixará de ser modificada pelos deputados e senadores. A influência de representantes do serviço público é muito forte entre os parlamentares, o que pode dificultar ou até inviabilizar parte do projeto do governo.

#### Economista crítica

O economista Roberto Piscitelli vê o fim da estabilidade como um ‘tiro no pé’, ao tirar a garantia mínima do funcionário público de atuar com autonomia, além de facilitar o apadrinhamento político. “A medida torna o funcionário vulnerável e totalmente dependente dos humores da administração e dos partidos, levando à relação de apadrinhamento.

É incompatível com o grau de autonomia do servidor. Vai tornar as pessoas mais dependentes dessa relação com o poder político, e não tem nada a ver com redução de despesa pública. Vai contribuir para deixar nas mãos dos partidos os preenchimentos dos cargos da administração. É muito ruim em termos de desprofissionalização do servidor público”, analisou.

*“A reforma administrativa está bastante avançada. Não haverá quebra de estabilidade para os atuais servidores. Quem entrar a partir da promulgação da PEC, aí pode não haver estabilidade”*

**Jair Bolsonaro**, presidente da República

## Parceria ampliada

O presidente Jair Bolsonaro e o líder chinês Xi Jinping assinaram na tarde de ontem oito protocolos de cooperação entre os dois países e manifestaram desejo de ampliar parcerias no comércio, além de fortalecer exportações agrícolas do Brasil. A declaração conjunta também traz proposta de cooperação nos campos de tecnologia, energia, infraestrutura e educação. A comitiva presidencial brasileira foi recebida no Grande Palácio do Povo, em Pequim.

Um dos protocolos assinados, de exportação de carne bovina termoprocessada, estabelece os requisitos sanitários para a exportação do produto à China. O objetivo da negociação de protocolos sanitários entre os países, segundo o Planalto, é evitar o ingresso de pestes ou pragas endêmicas do país exportador no país importador. Em 2018, o Brasil exportou US\$ 557 milhões em carne bovina processada. Foi assinado ainda um protocolo sanitário para exportação de farelo de algodão, usado para ração animal.

Além disso, foi assinado um ato de cooperação em energia renováveis e um acordo para que a empresa chinesa State Grid Corporation opere a linha de transmissão entre a Hidrelétrica de

Belo Monte, no Pará, e o Rio de Janeiro. O intercâmbio de estudantes também foi um dos acordos aventados. “Hoje podemos dizer que uma parte considerável do Brasil precisa da China, e a China também precisa do Brasil”, disse Bolsonaro.

O intercâmbio de estudantes, a cooperação entre a Capes e a Fundação Nacional de Ciência Natural da China (NSFC) e um memorando entre a Embrapa e a Academia Chinesa de Ciências para criação de laboratórios conjuntos voltados ao melhoramento e desenvolvimento da soja constam nos atos.

O chefe do Executivo brasileiro também convidou a China, principal parceiro comercial do Brasil, para participar do megaleilão de petróleo do pré-sal, que será realizado no início de novembro.

Ao final da conversa com Xi Jinping, apesar de torcer para o Palmeiras, Bolsonaro o presenteou com uma camisa do Flamengo. O líder chinês é fã de futebol. Ao entregar o presente, Bolsonaro disse que o Flamengo é o “melhor time brasileiro da atualidade”. O time carioca é o líder do campeonato brasileiro e está na final da Libertadores da América. (IS)

## Avanço na educação infantil



10 de novembro, em 1.727 municípios.

*Há pouco mais de uma semana do Enem, os alunos podem ficar tranquilos? Está tudo certo para a prova?*

Eu falei que a gente estava trabalhando e íamos resolver. Logo que eu entrei, tinha, de fato, a falência da gráfica responsável. Foi a primeira coisa que a gente resolveu. As provas estão todas impressas e estão encaminhadas. Então, o risco

O **ministro da Educação, Abraham Weintraub**, prometeu resultados para a educação infantil nos próximos três anos. Ele afirmou que a prioridade do governo de Jair Bolsonaro é a alfabetização das crianças nos primeiros anos de vida e confirmou a implementação da Política Nacional de Alfabetização (PNA) para 2020, em entrevista ontem ao CB.Poder, parceria do Correio com a TV Brasília.

Segundo Weintraub, o Brasil gasta 7% do Produto Interno Bruto (PIB) com educação e ensino, acima do gasto médio das economias mais desenvolvidas que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que, conforme afirmou, gasta menos de 6%. Ele admite,

porém, que os recursos são mal gastos e de forma ineficiente. Ele comparou os gastos com ensino superior aos gastos com educação básica e disse que o orçamento de uma única universidade federal, de cerca de três milhões, é suficiente para colocar todas as crianças do país em creches.

Para ele, a digitalização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) significa um alinhamento com o “mundo civilizado”. Além disso, afirmou que se trata de uma mudança óbvia que ainda não ocorreu porque o Brasil estava “na era das trevas”. A partir do ano que vem, a modalidade estará disponível para 1% dos inscritos, nas maiores capitais, entre elas Brasília. Este ano, o exame será realizado nos dias 3 e

que estava sendo apontado está totalmente suplantado. Tudo impresso e a maior parte das provas já está no local. São cinco milhões de jovens, brasileiros e estrangeiros, e quase meio milhão de pessoas envolvidas diretamente na implementação do Enem. Isso dá a gente vai ver acontecendo com uma das menores taxas de problemas da história. Eu não estou vendo absolutamente nenhum risco. Estou bem otimista quanto ao Enem. É o último ano que ele vai ser 100% no papel, no ano que vem começa a ser digital. Este ano serão oferecidos para quem quiser fazer digital 1% das vagas totais. Estamos selecionando grandes capitais, Brasília vai ser uma delas, para a gente começar com este piloto. Caso haja qualquer problema, evidentemente a pessoa





vai poder fazer a prova física em papel. A gente quer acabar com o enem em papel até 2026, que está alinhado com o mundo civilizado.

***O Brasil é muito desigual. Como vai ser a preparação dos alunos para que eles possam fazer o Enem digital? Já que eles precisam de um preparo para a tecnologia e os professores precisam estar preparados?***

Com certeza, temos o programa de levar a internet para escolas remotas. As escolas locais já têm, está bem expandido. E já estamos levando internet por satélite, se não me engano, para cinco localidades remotas. Ao longo dos próximos anos, as escolas vão ter laboratórios de informática. Precisa ter, como você vai ter uma escola no Brasil sem ter acesso à internet? É como falar assim: vamos fazer uma escola sem livro e caneta, a gente ensina as crianças a escrever com um cinzel e um martelo. Não tem cabimento. O que é a nossa disposição? Trazer ciência, razão, transparência, eficiência na gestão do ensino. Insisto na palavra ensino porque quando a gente fala que o governo educa, entra em uma área de valores. E esse é um governo liberal.

***O presidente Bolsonaro criticou muito as provas do Enem do ano passado, dizendo que tinham um forte viés ideológico. O que muda para as provas deste ano?***

A gente sempre respeita o contrato, sempre respeita os processos. Estamos tirando gradualmente tudo que tem a ver com ideologia e trazendo tudo que tem a ver com conhecimento, dando

ênfase a aspectos técnicos, e não doutrinários. A gente não quer doutrinar ninguém. A gente quer dar liberdade para as pessoas escolherem o que querem fazer com suas vidas. Respondendo objetivamente, o Enem deste ano vai ter uma melhora perceptível, objetiva, muito clara no tocante a qualquer questão de cunho doutrinário, ideológico, aquele ranço todo esquerdista, horroroso, e com ênfase em coisa técnico-científicas.

***O Enem digital vai dar um salto qualitativo no exame?***

Acredito que sim, pela flexibilidade que os exames digitais permitem quando você tem o instrumento. É uma coisa tão óbvia, que é de se estranhar que estejamos começando a fazer isso agora. É que o Brasil viveu nas eras das trevas, uma coisa bizarra. Tem coisas muito piores. Quando você pega o resultado do grande sucesso do modelo de educação no Brasil, a gente vê que o ensino básico é um fracasso retumbante. No terceiro ano, as crianças não conseguem ler escola, não conseguem escrever eu joga bola.

***Como corrigir esse fosso entre o que o que temos e o que o mundo pede, pessoas para a revolução digital?***

Se a gente está nesta situação e continuar achando que está tudo bem, que Paulo Freire é maravilhoso, a gente não vai a lugar nenhum. Primeira coisa, vamos adotar critérios científicos para alfabetizar nossas crianças e nossos jovens. Tem que ter evidências empíricas que funcionam, se for só por que é bonito a luta do pobre e oprimido contra o

malvado capitalista, esquece. Então, falar a verdade, porque se não se reconhecer erros, não vai sair do lugar. Segunda coisa, não tem como fazer um ensino de alta tecnologia para uma pessoa que não sabe ler e escrever. Ler e escrever é a base para a pessoa ser livre. O liberalismo fala de liberdade. Eu quero que as próximas gerações sejam capazes de ler e escrever para não serem enganadas por um demagogo com mentiras. Quando você lê e escreve bem, você consegue andar pela cidade, aprender um ofício. Se você tem um ofício, tem renda e não depende de uma bolsa esmola que um partido totalitário ameaça tirar se não for reeleito.

***O que, de prático, o governo apresentou na Conferência Nacional de Alfabetização?***

Estamos desconstruindo primeiro os dogmas. Em segundo, estamos trazendo todas as experiências que dão certo lá fora. Portugal era um dos piores lugares da Europa, em quatro anos empatou com os melhores.

***E quanto à questão orçamentária? No ano que vem o orçamento já vai ter a obrigatoriedade de liberação das emendas, inclusive eles já querem pegar uma parte do dinheiro da cessão onerosa, e essas emendas não costumam investir na educação...***

Não, não. Investem bastante na estrutura do ensino e da educação. Foram feitos muitos investimentos nas universidades, institutos federais. Com o dinheiro recuperado da Petrobras. Qual é o problema? é que hoje o maior custo fica na folha de





pagamento, nas pessoas, na merenda. E isso tem baixo controle. A gente não gasta pouco com ensino e educação no Brasil, a gente gasta muito. Só que a gente gasta mal e de forma ineficiente. A gente está gastando 7% do PIB com educação, a média da OCDE é abaixo de 6%. O problema é gestão e escolhas. Gestão porque, do que a gente coloca, sai pouco resultado. Em números absolutos também, nossos alunos nas universidades, em dólar, custam mais do que na Coreia e no Chile, do que em Portugal e na Itália. E no ensino fundamental, a gente gasta mais que no Uruguai, que Colômbia, Peru, Argentina. A gente está empatado em dólares com o Chile, que é o mais bem colocado da América Latina. Então, são escolhas ruins e técnicas muito ruins. O orçamento de uma universidade federal das melhores é tudo acima de três bilhões de reais.

\* Estagiária sob a supervisão de Cláudia Dianni

## Qualificação para jovens desempregados



Segundo Rogério Marinho, governo também vai anunciar programa para incentivar contratação de adultos

Como parte das ações programadas para gerar empregos para jovens, o governo federal lançou ontem o Edital do Pregão Eletrônico nº 8/2019, para as empresas que promoverão a qualificação de 800 desempregados entre 18 e 29 anos. O objetivo é colocar os jovens dessa faixa etária no mercado de trabalho.

A medida é o primeiro passo da política de qualificação profissional desenvolvida pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec). No texto, fica prevista a contratação de uma instituição que promova curso de qualificação profissional com um modelo a ser adotado pela primeira vez.

De acordo com o novo modelo, o pagamento à empresa contratada estará atrelado ao desempenho dos alunos no mercado de trabalho, ou seja, o pagamento será feito sempre que o percentual mínimo fixado, do

grupo capacitado, conseguir emprego. Os cursos terão carga horária mínima de 250 horas-aula presenciais e poderão ocorrer em qualquer município do Brasil. Segundo o Ministério da Economia, a partir da conclusão do curso, em oito meses será exigido que o jovem consiga emprego com duração de, pelo menos, quatro meses.

### Metodologia

O método consiste em selecionar dois mil jovens desempregados e formar dois grupos: um grupo com 800 jovens que serão qualificados e outro grupo de controle, que será usado para efeito de comparação. Para que a empresa contratada receba 100% do pagamento, em quatro meses, a partir da conclusão do curso, a empregabilidade do grupo qualificado terá que ser no mínimo 30% maior do que a grupo de controle, que não recebeu o treinamento, como forma de medir a eficiência do curso.

O pagamento será proporcional quando a empregabilidade ficar entre 8% e 29% do grupo de controle. Abaixo de 8%, não haverá pagamento. O pregão será por menor preço. O valor máximo varia

de R\$ 2 milhões (R\$ 10,00 hora/aula) a R\$ 3,2 milhões (R\$ 16,00 hora/aula), dependendo do desempenho da entidade contratada.

“Os modelos das políticas anteriores de qualificação profissional gastaram montantes significativos de recursos públicos sem ter apresentado resultados satisfatórios em termos de empregabilidade”, disse o secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa. A empresa contratada deverá desenvolver a metodologia, o mapeamento de demanda empresarial e a realização dos cursos em até 365 dias após a assinatura do contrato.

Nesta semana, o secretário Especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, já havia anunciado que, na primeira semana de novembro, o governo federal vai apresentar um programa para incentivar a geração de empregos no país, com o objetivo de “melhorar a empregabilidade de jovens no primeiro emprego e de pessoas acima de 55 anos, que têm maior dificuldade de se reinserir no mercado de trabalho. Segundo o edital, a abertura das propostas está prevista para o dia 8 de novembro, às 14h30, no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Mas a data ainda será confirmada.

## **UFRJ terá verificação racial**

A partir de 2020, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) vai implementar processo de verificação racial em seus vestibulares. De acordo com a assessoria da instituição, o procedimento será feito por uma comissão especial que vai verificar autodeclaração de candidatos que se dizem pretos ou pardos. O edital para o processo seletivo, que vai incluir a verificação, foi aprovado ontem. Atualmente, a instituição apura 230 denúncias de fraudes em cotas raciais. Esses casos, porém, não se referem a candidatos ingressantes, mas a alunos da universidade em períodos letivos diversos. O Ministério Público Federal cobrou que fosse feita uma comissão de verificação de autodeclaração racial na UFRJ.

## Paraná tem editais com 3.030 vagas

Três editais de processo seletivo simplificado foram lançados pela Secretaria de Educação e do Esporte do Paraná (SEED/PR). Ao todo, são oferecidas 3.030 vagas, no mínimo, conforme os editais, para atuação em 2020. O período de inscrição para concorrer aos postos será entre o dia 1º e 8 de novembro, com inscrições gratuitas.

Os candidatos serão avaliados por análise de títulos. A classificação provisória será divulgada no dia 14 de novembro e a classificação final, no dia 27 do mesmo mês. Os critérios de classificação são a formação e o tempo de experiência do profissional.

As vagas disponibilizadas têm caráter transitório, oriundas da falta de servidores decorrentes de aposentadoria, demissão, exoneração, falecimento, afastamento para capacitação e licenças legalmente concedidas.

### Professores

São no mínimo 30 chances para professor de apoio à comunicação alternativa (PAC), professor de apoio educacional especializado (PAEE), professor bilíngue libras-língua portuguesa, professor de

atendimento pedagógico domiciliar do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH), tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (TILS), entre outras funções do Departamento de Educação Especial da SEED/PR. Há ainda chances para professores que atuam em Casa Familiar Rural e algumas disciplinas dos cursos técnicos da Educação Profissional.

### Assistente administrativo

Destinado a no mínimo mil vagas de assistente administrativo (nível médio), assistente administrativo-técnico agropecuário (curso técnico em agropecuária e técnico florestal) e assistente administrativo técnico florestal (curso técnico em florestas) e inspetor de internato. A jornada é de 40 horas semanais.

### Auxiliar de serviços gerais

São no mínimo duas mil vagas de nível fundamental para serviços de limpeza e merenda, manutenção e manejo, atendente, motorista, vigia, tratorista, entre outros. A carga horária varia de 20h a 42h semanais, com remunerações entre R\$ 1.015,90 e R\$ 1.523,83 mensais ou de R\$ 11,01 a R\$ 15,73 por hora-aula, no caso dos professores.

**Investir em Educação  
é o remédio**

O Prêmio Nobel de Economia deste ano foi dado justamente a três pesquisadores que propuseram estudos que abordam o problema da pobreza sob uma nova ótica, o que pode possibilitar, também, novas soluções. Banerjee, Duflo e Kremer apresentaram estudos que tratam do fenômeno da pobreza como um problema multidimensional, que ultrapassa a questão simples da falta de recursos e outros fatores.

Para esses estudiosos, como havia sido abordado em 1998 por outro Prêmio Nobel, Amartya Sen, a pobreza é também a “privação de capacidades”. Com isso, ele quis dizer acesso restrito à educação, saúde, exclusão social e financeira. Para os novos premiados, a ação de combate à pobreza deve mirar esforços em fatores específicos em cada uma das dimensões.

Levantamento feito por Banerjee em 13 países de vários continentes e apresentado no livro *A vida econômica dos pobres* mostrou que aquelas pessoas que vivem abaixo do nível de pobreza renunciam diariamente à aquisição de bens, inclusive de alimentos. Com isso, ficam diminuídas as possibilidades de maior produtividade. O estudo mostra, ainda, gastos acima da renda em artigos como entretenimento. Houve indicativos de falta de reação contra a qualidade do ensino, da saúde, dos transportes, o que motiva a perpetuação precária dessas questões estruturais.

Para esses cientistas, é preciso

fortalecer todos os itens ligados a educação, saúde e infraestrutura, para dar início ao processo de superação da pobreza extrema. Para os premiados, é preciso também que essas populações superem a ideia de que gastar com educação é uma perda de tempo e desperdício de recursos. Nesse ponto, eles incentivam a interação entre setores públicos e privados, inclusive veículos de comunicação.

A frase que foi pronunciada “Em vão busco acender um diálogo contigo: a alma sem tom da tua boca de água e vento despede cinza, névoa e tempo no que digo, devolve ao chão o meu mais longo pensamento... e entre cactos estira esse deserto ambíguo que vem da tua altura ao vale onde me assento, procurando teu verbo.”

Abgar Renault, foi um professor, educador, político, poeta, ensaísta e tradutor brasileiro. Ocupou a cadeira 12 da Academia Brasileira de Letras e a cadeira 3 da Academia Brasileira de Filologia. (wikipedia)

**Park Paranoá**  
» O pagamento mensal pelo apartamento é em torno de R\$70. O condomínio também é pago, e chega a R\$50. O papel dos síndicos dos prédios de habitações populares é bastante importante. São eles que controlam o bem-estar dos moradores. Há prédios onde não são admitidos drogados, festas barulhentas ou entra e sai de estranhos. Essa dinâmica tem ajudado na iniciativa dos pais em controlar melhor os filhos.

**Muitos mistérios**  
» Governo lança portal para

leitores que desejam acompanhar a “Mancha no litoral”. Ações já tomadas, equipes, investigações, e perguntas e respostas. Não se fala ainda para onde vai o piche recolhido. Aliás, muito não se tem falado sobre esse assunto. Mesmo porque os pesquisadores da Petrobras têm instrumentos suficientes para localizar a origem do material.

**Primeiros passos**  
» Divulgando os primeiros dias da capital, a história de Brasília será contada até 21 de abril do ano que vem pela Agência Brasília. Toda quinta-feira, a série de três matérias fala do nascimento das cidades-satélites. Veja no blog do Ari Cunha.

**Ciência e Educação**  
» Até segunda-feira, a Semana Nacional da Tecnologia terá eventos por vários capitais e municípios do país. Em Brasília, a exposição no Parque da Cidade tem sido um sucesso de visitação. A entrada é gratuita. O principal objetivo é despertar o interesse da criança pelo tema, que neste ano é: “Bioeconomia: diversidade e riqueza para o desenvolvimento sustentável”. Veja a programação no blog do Ari Cunha.

**Menos problemas**  
» Elogiado o trabalho do funcionário Tibério da Polícia Federal. Casal de amigos aplaude a presteza na retirada do passaporte emergencial. A lista de documentos é dada com precisão, o que é raro no tratamento ao público. A tristeza de precisar viajar por causa de uma morte, teve parte aliviada, certamente pela eficiência da prestação do serviço.





### História de Brasília

Sobre o regime parlamentarista, o sr. Martins Rodrigues é quem tem razão, e lembra a história do cavalo do inglês. O dono queria que o cavalo vivesse sem comer, e cada dia reduzia mais a ração. Às vésperas de se acostumar a viver sem comer, o cavalo morreu. (Publicado em 03/12/1961)

## ORÇAMENTO PÚBLICO »

### Bancada investirá em educação e infraestrutura



*Parlamentares que representam o DF no Congresso Nacional encaminham lista com projetos que receberão R\$ 247 milhões em recursos provenientes de emendas de bancada, em 2020. São R\$ 74 milhões a mais do que o ano passado*

» JÉSSICA EUFRÁSIO

O Distrito Federal contará com investimentos significativos nas áreas de educação, infraestrutura e esporte em 2020. Os deputados federais e senadores que representam os brasilienses no Congresso Nacional definiram quais serão os projetos que receberão recursos provenientes das emendas de bancada (leia Ações previstas). O valor a ser aplicado, que ultrapassa R\$ 247 milhões — R\$ 74

milhões a mais do que em 2019 —, consta no orçamento da União e tem repasse obrigatório. Se aprovadas, as propostas dos parlamentares dependerão de efetivação por parte do Executivo local.

A Constituição Federal estabelece que 50% do valor das emendas parlamentares individuais impositivas deve se destinar à saúde. A regra, no entanto, não vale para as de bancada. Na semana passada, os oito deputados federais e três senadores do DF se reuniram para discutir quais setores seriam priorizados. A escolha levou em conta audiências públicas e reuniões com o secretariado local, representantes de órgãos federais e porta-vozes de entidades do terceiro setor.

Das 15 propostas apresentadas pela mesa do DF, 12 tratam-se de emendas impositivas. As demais, que pleiteiam R\$ 86 milhões, serão alvo de articulação com o Executivo federal. Coordenador da bancada, o senador Izalci Lucas (PSDB) explicou como ocorreu a definição das ações: “Recebemos diversas demandas. Em função delas e dos pedidos do governo local, cada um (dos 11 parlamentares) ficou com um tema. Muitos escolheram assuntos iguais, mas, para não sobrar em uma área e faltar em outra, fizemos uma distribuição”, detalhou.

A divisão levou em conta as pautas preferenciais de cada parlamentar. Defensor de bandeiras como educação, juventude e formação profissional, o deputado Israel Batista (PV) destinou recursos para esses setores. Ele comentou que o encaminhamento dependeu de negociação com os órgãos responsáveis pela execução dos projetos. “Às vezes, a capacidade deles naquele ano não permite que você mande todo o valor. E essa divisão tem influência do governo mesmo, porque não adianta mandar para um lugar que não tem estrutura para executar”, explicou.

Senadora pelo PSB, Leila Barros ressaltou que as definições ocorreram de forma consensual e que indicou, em parceria com a deputada Paula Belmonte (Cidadania), cerca de R\$ 46 milhões





para a construção de nove creches em sete regiões administrativas e para a pavimentação de estradas que dão acesso a 20 escolas rurais. “Investimento necessário para mudar a vida de milhares de famílias brasilienses”, comentou Leila.

#### Mudanças na lei

Os parlamentares têm direito a propor emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) da União para garantir repasses às unidades federativas que representam. Os valores funcionam como complemento para a cobertura de gastos dos estados e do Distrito Federal. Do valor estimado na receita corrente líquida (RCL) do governo federal no exercício anterior, 1,2% destina-se a emendas individuais para os 594 senadores e deputados federais. Neste ano, cada um deles recebeu R\$ 15,9 milhões.

O montante deve ser aplicado por meio de emendas impositivas; por isso, a quantia é, obrigatoriamente, repassada pela União. Esse valor deve ser empenhado pelo parlamentar por meio da apresentação de até 25 sugestões ao Ploa. Antes de 2015, os repasses ficavam sujeitos a negociações entre Executivo e Legislativo, o que, em muitos casos, funcionava como moeda de troca entre os dois poderes (leia Palavra de especialista).

Em junho, o Congresso Nacional promulgou uma emenda à Constituição que muda a norma de distribuição das emendas de bancada: a quantia à qual cada unidade da Federação tem direito — atualmente, 0,8% da RCL e, a partir de 2021, 1% — também passou a ter execução obrigatória. A lei limita-

se a atender a até 20 propostas, a depender do número de representantes eleitos. No caso do DF, a mesa tem direito a apresentar até 15 sugestões.

Professor de direito tributário do Centro Universitário de Brasília (UniCeub), Edvaldo Fernandes destacou que a mudança de junho implicará em aumento de 43% (de R\$ 4,6 bilhões para R\$ 6,6 bilhões) nos gastos com emendas de bancada. “Grosso modo, as receitas primárias são resultado da arrecadação de tributos. A União arrecada tudo, faz transferências obrigatórias para unidades federativas, fundos de participação de municípios e estados e o que sobra fica para os parlamentares”, explicou.

### EMENDAS IMPOSITIVAS

(com obrigação de serem executadas)

**R\$ 247.656.021**

Valor destinado a cada uma das 27 bancadas

**R\$ 15.940.454**

Cifra disponível para cada um dos 594 parlamentares, entre deputados federais e senadores

**R\$ 175.344.994**

Valor repassado para os 11 parlamentares do DF

Fonte: Parecer (CN) nº 36 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização/Octubre de 2019





## Ações previstas

Confira em quais projetos os deputados federais e senadores do DF investirão os recursos das emendas de bancada do DF:



### EDUCAÇÃO

Construção de creches: **R\$ 50,4 milhões**

Reestruturação e modernização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (IFB): **R\$ 15,4 milhões**

Caminhos das escolas (pavimentação de acesso a colégios): **R\$ 10 milhões**



### INFRAESTRUTURA

Construção de viadutos: **R\$ 40,5 milhões**

Infraestrutura urbana (Avenida Hélio Prates): **R\$ 25 milhões**

Construção de pontes e viadutos: **R\$ 60 milhões** (emenda não impositiva)

Obra de revitalização do trecho principal e aquisição de tubos para revitalização dos ramais da Bacia do Rodeador: **R\$ 16 milhões** (emenda não impositiva)



### ESPORTE

Construção de Centros Olímpicos: **R\$ 21 milhões**

Implementação de núcleos esportivos: **R\$ 21 milhões**



### CIDADANIA

Estação Cidadania (projeto de esporte, cultura, lazer e formação profissional): **R\$ 22,4 milhões**

Construção e ampliação de Conselhos Tutelares: **R\$ 10 milhões** (emenda não impositiva)

Construção e equipagem da Casa da Mulher Brasileira: **R\$ 3,6 milhões**



### SAÚDE

Construção de Unidades Básicas de Saúde (UBSs): **R\$ 21,7 milhões**



### SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança pública, prevenção e enfrentamento à criminalidade: **R\$ 11,9 milhões**

Revitalização do Centro Integrado de Operações de Brasília (CIOB): **R\$ 4,5 milhões**

Palavra de especialista**“Menos poder de barganha”**

“O Parlamento conquistou mais autonomia e, progressivamente, as emendas têm se tornado impositivas. Com isso, você reduz o poder de barganha do Executivo, algo que impacta o nosso presidencialismo de coalizão. Um dos fatores que garantia a coalizão que apoia o governo era essa distribuição discricionária de emendas parlamentares: o governo executava as de seus aliados e ignorava as da oposição. Quem estava de fora tinha um grande incentivo para integrar a base. Mas ainda há outras variáveis, como a distribuição de cargos. O Parlamento ganhou maior poder de influenciar, determinar e conformar o orçamento — algo bastante importante, pois as políticas públicas têm custos e precisam ser custeadas com recursos. Mas uma coisa que ainda é silêncio eloquente, uma lacuna, é a participação direta da sociedade. Há pouquíssimos canais para isso, mas podemos partir desse campo para democratizar a execução do orçamento público”

**Edvaldo Fernandes**, professor de direito do UniCeub e mestre em ciência política